



Fórum debate política de minérios no Piauí



Apoio ao arranjo produtivo

O presidente da Fundação Cepro, jornalista Oscar de Barros, e o assessor da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo (Setdetur), geólogo Ronildo Castelo Branco Silveira, presidiram hoje a abertura do 1º Fórum Minérios e Sugestão de Políticas Públicas no auditório do Sebrae. O objetivo do encontro, que reúne representantes de vários órgãos envolvidos com a mineração, é uma ampla discussão sobre problemas e soluções para o setor, que pode despontar como grande atração de investimentos no Estado na sua prospecção e exploração econômica.

O Piauí tem potencialidades que podem despertar a atenção dos investidores a exemplo do que já ocorre na investigação das jazidas de níquel pela Companhia Vale do Rio Doce e do mármore de Pio IX pela empresa Grandstone, da mesma forma que as pedras decorativas de Juazeiro atraem investimentos e a mão de obra especializada na sua exploração. "Os debates do fórum vão completar as informações contidas no diagnóstico sobre a mineração piauiense", explica o presidente da Fundação Cepro.

Oscar de Barros aponta a mineração como uma das grandes opções para o desenvolvimento econômico do

Estado. Do encontro de hoje participaram profissionais do setor, trabalhadores na área de mineração, empresários, técnicos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, além de gestores municipais.

São objetivos do fórum apresentar, analisar e discutir resultados do Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Piauí, fazer contatos com empresas e trabalhadores do setor mineral para articulação e busca de alternativas para a produção mineral piauiense. Os técnicos e dirigentes discutiram a atuação do setor público junto ao setor mineral, analisando as questões relativas a legislação, regularização, meio ambiente, relações trabalhistas e pesquisas no setor mineral do Estado.

Política de incentivo

As sugestões dos participantes sobre os problemas, dificuldades e propostas de políticas públicas para o setor mineral serão levadas em conta para estabelecimento das políticas de captação de investimentos. De acordo com o representante da Setdetur, Ronildo Castelo Branco, o Piauí precisa partir para uma política mais agressiva, inclusive, com garantias de incentivos fiscais para atrair investidores como já ocorreu no caso da fábrica de cimento do município de Fronteiras, que resultou em forte concentração de emprego e pagamento de ICMS que colocaram a cidade em que está localizada como a mais rica do Estado.

Os trabalhos foram abertos pelo presidente da Fundação Cepro, Oscar de Barros, que apresentou os resultados das pesquisas realizadas até agora seguindo-se a palestra Piauí Meio-Físico, Infra-Estrutura Econômica, Sócio-Econômica e Mão de Obra no Setor Mineral pelo técnico Adolfo Martins de Moraes.

O jornalista Elivaldo Barbosa apresentou uma análise do Diagnóstico do Setor Mineral do Piauí: Problemas e Políticas Públicas, quando exibiu um compacto de reportagens de televisão que realizou ao longo de várias viagens ao interior do Estado constatando as soluções e os gargalos da produção mineral no Piauí. Após o intervalo foi apresentado o painel A Visão do Setor Produtivo sobre a Mineração no Piauí e Empresas do Setor Mineral com participação de representantes dos trabalhadores de cooperativas e associações que atuam no setor.

Egepi realiza curso de Licitação para Pregoeiros



Apoio ao arranjo produtivo

A Egepi (Escola de Governo do Estado do Piauí) em parceria com o Centro de Direito Público promove, na Escola Fazendária, até o próximo dia 12, o curso de Gestão das Licitações e Contratações Públicas com Formação de Pregoeiros. Serão atendidos servidores públicos estaduais de vários órgãos estaduais, sendo a prioridade para os servidores efetivos.

De acordo com a assessora especial do gabinete do governador e responsável pela Central de Licitação, Yonice Maria de Carvalho Pimentel, o curso visa capacitar os servidores para o exercício relativo a área de licitação de contratos. Acrescenta que a meta é deixar no Estado uma equipe qualificada no setor das licitações a fim de profissionalizar cada vez mais o serviço público no Estado.

Jesus Cleiton Sousa, lotado no Gabinete Militar do Estado, participa pela segunda vez de um curso destinado à licitações públicas. Ele pretende aperfeiçoar seus conhecimentos e considera uma oportunidade ímpar em aprender todo o processo. "Pretendo trabalhar futuramente como pregoeiro", avisa.

Vale destacar que já foram treinados cerca de 70 pregoeiros eletrônicos e presenciais e 150 servidores nas funções de presidentes de comissão de licitação e membros. Em cursos anteriores, a maior carga horária foi de 70 horas aula e a menor de 20 horas aula.

A assessora Jurídica e Integrante da Comissão Permanente de Licitações da Sasc (Secretaria de Assistência Social e Cidadania), Liana Rodrigues Floro, considera importante a iniciativa, porque possui pouco conhecimento na área e seu principal objetivo é aprender mais sobre a forma de licitação, pregão e modalidades de contratos.

PCPR investe R\$ 42,2 mi em menos de três anos



Fossas sépticas entre os benefícios

De janeiro de 2003 até o início deste mês, o Governo do Piauí, através do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), investiu aproximadamente R\$ 42,243 milhões em todo o Estado, sendo R\$ 34,379 milhões em 577 projetos de infra-estrutura; R\$ 4,547 milhões em 90 projetos produtivos, e R\$ 3,327 milhões em 62 projetos sociais, de acordo com relatório divulgado pelo coordenador geral do órgão, Fernando Danda.

Os projetos de infra-estrutura, tais como barragens, poços, adutoras, saneamento, eletrificação e melhorias de estradas, dentre outros, somam 19.471 obras civis e beneficiam 34.648 famílias, o que equivale a aproximadamente 174.218 pessoas. Com relação à eletrificação, foram construídas 1.421 quilômetros de redes de alta tensão e 734 mil metros de redes de baixa tensão.

O projetos produtivos, tais como processamento de produtos agrícolas, beneficiamento de cereais, casa de farinha, criação de animais de pequeno porte, piscicultura, apicultura e agricultura irrigada, dentre outros, somam 20.708 obras civis beneficiam 3.975 famílias, o que equivale a 19.875 famílias.

Os projetos sociais: creches, fossas sépticas e lavanderias, totalizam 5.701 obras, beneficiando 4.783 famílias ou 26.943 pessoas.

Projetos de infra-estrutura e sociais proporcionam a melhoria da qualidade de vida das famílias no Interior do Estado. Água potável garante boa saúde e energia elétrica possibilita as pessoas a terem acesso a eletrodomésticos, bem como a utilização de equipamentos que proporcionam a agregação de valor à matéria prima produzida no campo, viabilizando a implantação de projetos produtivos.